

Do Ser Pomerano Nos Tempos Atuais

Del Ser Pomerano En Tiempos Actuales

Of Being Pomeranian In Present Times

Myrna Gowert Berwaldt¹

Carmo Thum²

Resumo

O Brasil é multicultural. Processos homogeneizadores tentam de longo prazo, padronizar os modos de vida, invisibilizam diferenças e negam especificidades de diferentes grupos sociais. A lógica da homogeneização naturaliza a idéia da igualdade. Esse modo de compreender a realidade brasileira escamoteia e silencia os grupos minoritários. O povo pomerano é um povo camponês. Sua relação com a terra e o território tem modos próprios de ser vivenciada. A realidade distinta configura a condição de ser um dos segmentos dos Povos e Comunidades Tradicionais. Ao longo dos tempos, desde a proposição padronizadora da modernidade á atual conjuntura, os modos de vida desses grupos sofrem ameaças de homogeneização cultural por parte do Estado. O presente trabalho pretende abordar as relações de silenciamento e negação cultural produzidas pelas práticas opressivo-patronizadoras vividas pelos pomeranos. Em nossa compreensão há uma relação direta entre o papel padronizador- homogeneizador do Estado e os casos de negação identitária. O processo de auto-reconhecimento cultural, linguístico e de valorização das tradições dos Povos se coloca como um ato de emancipação cultural e uma forma de enfrentamento das políticas padronizantes da modernidade. O direito a diferença, a permanência no espaço, a manutenção das tradições, ao uso da língua materna nos espaços oficiais e a auto-definição são direitos indelévelis.

Palavras-Chave: Cultura Pomerana; Homogeneização; Práticas Educativas; Salvaguarda.

Resumen

Brasil es multicultural. Los procesos homogeneizadores intentan a largo plazo, estandarizar los modos de vida, invisibilizan diferencias y niegan especificidades de diferentes grupos sociales. La lógica de la homogeneización naturaliza la idea de la igualdad. Este modo de comprender la realidad brasileña escamotea y silencia a los grupos minoritarios. El pueblo pomerano es un pueblo campesino. Su relación con la tierra y el territorio tiene modos propios de ser vivenciada. La realidad distinta configura la condición de ser uno de los segmentos de los Pueblos y Comunidades Tradicionales. A lo largo de los tiempos, desde la proposición estandarizadora de la modernidad a la actual coyuntura, los modos de vida de esos grupos sufren amenazas de homogeneización cultural por parte del Estado. El presente trabajo pretende abordar las relaciones de silenciamento y negación cultural producidas por las prácticas opresivas-patronizadoras vividas por los pomeranos. En nuestra comprensión hay una relación directa entre el papel estandarizador-homogeneizador del Estado y los casos de negación identitaria. El proceso de auto-reconocimiento cultural, lingüístico y de valorización de las tradiciones de los Pueblos se plantea como un acto de emancipación cultural y una forma de enfrentamiento de las políticas estandarizantes de la modernidad. El derecho a la diferencia, la permanencia en el espacio, el mantenimiento de las tradiciones, el uso de la lengua materna en los espacios oficiales y la auto definición son derechos indelebles.

Palabras claves: Cultura Pomerana; homogeneización; Práticas Educativas; Salvaguardar.

Abstract

Brazil is multicultural. Homogenizing processes attempt in the long run, standardize ways of life, invisibilize differences and deny the specificities of different social groups. The logic of homogenization naturalizes the idea of equality. This way of understanding the Brazilian reality conceals and silences the minority groups. The

¹ Graduação em Pedagogia, FURG; Rio Grande; RS; Brasil; myrnaberwaldt@yahoo.com.br

² Doutor em Educação (UNISINOS); RS; Brasil; carthum2004@yahoo.com.br

Pomeranian people are a peasant people. Its relation with land and territory has its own ways of being experienced. The distinct reality is the condition of being one of the segments of the Traditional Peoples and Communities. Throughout the ages, from the standardization proposition of modernity to the present conjuncture, the ways of life of these groups suffer threats of cultural homogenization on the part of the State. The present work intends to deal with the relations of silencing and cultural denial produced by the oppressive-standardizing practices lived by the Pomeranians. In our understanding there is a direct relation between the standardization-homogenizing role of the State and the cases of identity denial. The process of cultural, linguistic and self-recognition of the traditions of the Peoples is seen as an act of cultural emancipation and a way of confronting the standardizing policies of modernity. The right to difference, stay in space, the maintenance of traditions, the use of the mother tongue in official spaces and self-definition are indelible rights.

Keywords: Culture Pomeranian; Homogenization; Educational Practices; Safeguard.

1. Introdução

É indelével a importância de salvaguardar as diferentes culturas. Baseado nesse princípio, o presente trabalho problematiza as algumas relações que impactam no silenciamento do povo pomerano. Os dados provêm de um contínuo processo de pesquisa-extensão do Núcleo Educamemória da Universidade Federal do Rio Grande-FURG. Esse processo de pesquisa-extensão de longo prazo foi desenvolvido em diferentes territórios de Povos e Comunidades Tradicionais. Para o caso desse texto, a maioria dos dados provêm de processos de pesquisa realizados no território da Serra dos Tapes-RS, no bioma Pampa. Entre as estratégias de coleta estão o uso de entrevistas semi-estruturadas, narrativas, fotografias com os sujeitos pertencentes aos diferentes segmentos, no caso específico, do segmento pomerano. De grosso modo, identificamos a permanente busca condições do bem-viver socioambiental, a valorização dos povos tradicionais e preservação dos seus modos de vida. As dimensões de terra, território, territorialidade, língua materna, pertencimento, se colocam como temáticas emergentes.

2. Sou pomerano, sou povo tradicional!

O Brasil, em sua territorialidade, apresenta características de um país multicultural, porém, existe ceticismo em relação à realidade vivenciada pelos sujeitos das diversas culturas representadas pelos povos tradicionais que coabitam o País. Para Thum (2009), em muitos casos, os pomeranos vivem uma pomeraneidade reinventada. Por longos tempos houve uma ausência da consciência em relação ao pertencimento. O valor cultural da própria cultura foi negado. Em uma visão de períodos históricos, pode se afirmar que a cultura pomerana foi silenciada no jogo de poder das culturas hegemônicas. O resultado desse silenciamento provocou, inclusive, a negação e até mesmo desconhecimento da condição de 'ser pomerano'. Entre os relatos que produzem os indícios da presença de uma hegemonia cultural sobre o

povo pomerano, destacamos: “Eu pensei que pomerano era apenas um dialeto, e me denominava como alemã que sabia falar pomerano”. Essas narrativas, que normalmente envolvem o estereótipo da língua pomerana como um dialeto, são elementos referentes a identidade, demonstram o quanto a negação da identidade se fazia e se faz presente em muitos casos.

A mudança nesse cenário só será possível se as políticas públicas e medidas de avivamento do povo pomerano, em especial de fortalecimento da cultura e do patrimônio forem instauradas. Entre os processos em curso, a promoção linguística tem apresentado avanços significativos. Entre eles temos os processos de co-oficialização das línguas maternas, dentro do arcabouço da Declaração dos Direitos Linguísticos (1996).

No Brasil a língua pomerana é cooficializada em 8 municípios do Brasil e em outros é considerada patrimônio cultural. A partir das experiências vivenciadas em escolas nos territórios pomeranos, fomentamos as questões que envolvem o debate sobre o direito a língua materna e ao processo de glotocídio que vem ocorrendo nestes territórios. Verificamos que ao longo dos tempos a língua materna vem sendo substituída pelo português. Nos tempos atuais, em muitos casos a educação monolíngue camufla-se de bilíngüe, porém na prática corrobora para a extinção das diferentes manifestações linguísticas e culturais.

Para Thum (2009) é fundamental que os processos de emancipação cultural nos territórios pomeranos sejam alicerçados em uma reflexão crítica sobre a sua história cultural, sobre a identidade e sobre a língua materna e sobre o modo de vida. Para tanto, o autor percebeu que: pesquisar os diferentes contextos, a partir das premissas de pesquisa da ciência moderna e da lógica do mundo acadêmico não era suficiente pois, para além de identificar os conflitos, os silêncios e as contradições da realidade, se faz necessário fortalecer a condição de participação ativa dos sujeitos.

Nesse sentido, o autor aponta que os processos de Pesquisa-Ação, pelo viés da Extensão, são caminhos possíveis e necessários para compreender e potencializar os movimentos de reinvenção. De um certo modo, ao exercitar o caminho do registro da memória, promove-se as narrativas identitárias como forma de pertencimento cultural.

O Povo Pomerano é historicamente um povo camponês. Por longos tempos a historiografia utilizou-se da denominação 'Colono', referindo-se genericamente a denominação dada aos agricultores que foram assentados nas Colônias de Imigração. Contudo, essa denominação diz respeito a um tempo e a uma ação específica, que difere da concepção histórica de 'camponês'. Logicamente, o termo 'Colono' é associado ao processo de imigração ao Brasil, visto que a literatura generalizava essa condição para análises gerais

sobre a condição de imigrantes no território nacional. Seyferth (2002) é uma das referências nesses estudos. Contudo, no nosso entendimento essa denominação não é mais suficiente para dar conta da realidade contemporânea. O conceito de 'Colono', apesar de apresentar elementos caracterizadores da cultura camponesa dos imigrantes, dá conta de um olhar específico e datado no tempo histórico.

Essa denominação tem base na compreensão de uma perspectiva de campesinato que buscava enquadrar os grupos em uma só categoria de análise. Entre os elementos caracterizadores da condição de 'Colono' estava a condição de 'trabalhador da terra', 'lavrador', relacionados ao um modo de vida de agricultor imigrante. Seyferth (2002, p.120) ao tratar desse processo campesinato associado a condição de 'Colono', nos indica as características:

Nas classificações imperam os atributos usualmente associados ao campesinato, incluindo a adjetivação da submissão: o bom colono deve ter amor ao trabalho e à família e respeito às autoridades, além de ser sóbrio, perseverante, morigerado, resignado, habilidoso, etc. Alemães e italianos são as nacionalidades mais frequentemente situadas no topo da hierarquia dos desejáveis “bons agricultores”.

Estes modelos idealizados em relação ao conceito de campesinato aplicado aos casos de imigração são baseadas em princípios epistemológicos que buscava o enquadramento dos grandes grupos sociais. As políticas de imigração têm seu período demarcado na história e suas análises também. Ao generalizar e incluir todos os diferentes grupos culturais imigrantes em uma mesma condição, atuou também como instrumento de homogeneização cultural, buscando definir o Colono Imigrante como um sujeito idealizado. Para o caso das análises realizadas sobre a questão agrária e as comunidades imigrantes, essa categoria de análise dava conta de explicar algumas relações. Contudo, quando se deseja olhar para os grupos e suas especificidades e na condição atual da conjuntura agrária brasileira, consideramos necessário refletir para além dessa categoria de análise.

A perspectiva generalizante reforçava uma homogeneidade pelo modo de produção. Contudo, ao considerarmos as práticas culturais e especialmente a partir de uma noção de indissociabilidade entre cultura e modo de vida, verificamos que há diferenças e que perspectivas generalizantes de análise nos oferecem pequena capacidade de dar visibilidade às singularidades.

Em muitas situações a narrativa de imigração escamoteou as diferenças em nome de uma homogeneidade de imigração. Contudo, há diferenças substanciais entre os grupos e a narrativa homogeneizante coaduna com a produção de um padrão de prestígio, reconhecendo e afirmando algumas características de um grupo específico como as representativas de todos.

Na verdade, os imigrantes provêm de territórios diferentes, com referências culturais também diversas, que organizam aqui no Brasil, processos societários singulares. Nesse sentido, são segmentos que também participam da composição do mosaico cultural brasileiro atual. São grupos minoritários e que buscam ter visibilidade na narrativa histórica a partir das singularidades que lhes constituem.

No cotidiano dos processos culturais e em algumas produções textuais, identifica-se um certo desprezo da condição camponesa, especialmente quando associadas a idéia de cultura e conhecimento. Essa situação de negação da condição de produtor de conhecimento por parte dos sujeitos do campo revela uma perspectiva que considera o campo como um lugar do atraso. Normalmente essas noções estão associadas ao pensamento desenvolvimentista do capital. Ao longo dos anos, caricaturas dos sujeitos do campo, com a idéia do 'Jeca Tatu' produziram uma desvalorização dos sujeitos camponeses e de suas culturas. No atual momento histórico a luta de direito à identidade se faz presente nesses espaços e busca reescrever essa narrativa.

Há também a presença da visão romantizada da vida camponesa que vem ganhando espaço contemporaneamente. Essa perspectiva apresenta uma narrativa romantizada do espaço rural, especialmente produzida a partir de sujeitos urbanos. Muitas dessas idéias derivam de processos de produção de conhecimento com pequena interação com as comunidades locais. Na maioria dos casos, providos de instrumentos tecnológicos, sujeitos com diferentes interesses se inserem por alguns momentos no espaço, produzindo imagens idílicas nas paisagens do território. A partir de imagens das plantações, dos animais, da natureza, das pessoas, das comidas, sem a presença do humano e seu trabalho, produzem dados romantizados da vida na agricultura familiar. Ao não excitarem um processo de longo prazo com o grupo, desconhecem dimensões fundamentais do mundo do trabalho e da experiência de vida dos sujeitos desses espaços para a produção da subsistência. Produzem um acervo de dado de produtos, mas não dos processos de produção, romantizando assim a vida no campo.

A condição camponesa dos pomeranos, exercita nos tempos atuais, a condição de agricultura familiar. Um dos elementos caracterizadores dessa condição é a produção diversificada de produtos para auto-consumo e a mão de obra familiar.

Quando tratamos genericamente a idéia de 'Colono', esses agrupamentos na maioria dos casos, considerados nas análises generalistas, descreve o grupo que está associado atualmente a agricultura de monocultivo. Nesses casos, voltada para a comercialização, mormente de monocultura, os processos de produção seguem a lógica de mercado, tanto nas

relações de produção quanto de comercialização. Buscando sermos justos com as análises históricas, consideramos que isso difere, também, da explicação que Seyferth realizou sobre o 'Colono' nos processos iniciais de colonização. A revolução verde o processo de mecanização da agricultura e a lógica de mercado e empreendedorismo no espaço rural alteraram essa condição.

Cabe, portanto, tecer algumas considerações quanto as diferenças conceituais entre as idéias de agricultor familiar, de base camponesa e o 'Colono' que na atualidade se referencia no agronegócio. Os estudos de Seyferth (1993) explicam o significado da palavra 'colono' no bojo dos processos de imigração, localizados em um tempo histórico datado. Na atualidade, o 'Colono' desenvolve agricultura de larga escala, o colono, planta para comercializar, visando lucratividade.

No processo da Agricultura Familiar, o camponês desenvolve uma ética do cuidado com a terra. Uma relação amorosa com a terra e a sua condição de permanência para as novas gerações; com marcas de apego emocional na sua forma de se relacionar com a natureza e o espaço. As atividades na propriedade, primeiramente, buscam suprir a necessidade das demandas familiares. É presente a policultura, pois além de plantio, também existe diversidade em criação de animais para fins de uso doméstico como aves, suínos e gado. O excedente dessa produção é comercializado para satisfazer as necessidades de produtos que não são possíveis serem gerados na propriedade.

Os pomeranos são agricultores familiares, de base camponesa. No Brasil são reconhecidos também como povo tradicional (Dec. 6040/2007). Para Diegues (2004) a nomenclatura de povos tradicionais se relaciona com os modos de vida, com a relação dos sujeitos com as sabedorias relacionadas à natureza, ao uso do território que habita de forma transgeracional. O autor reforça que esses segmentos mantêm a condição de pertencimento mesmo quando acontece a migração para centros urbanos. As características apontadas são as seguintes:

Pela a dependência frequente, por uma relação de simbiose entre a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constroem um modo de vida; conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais; pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; pela moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltados para a terra de seus antepassados; pela importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado; pela reduzida acumulação de capital; pela importância das simbologias, mitos, rituais associados à caça, à pesca e a atividades extrativistas; pela tecnologia utilizada que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto

final; pelo fraco poder político, em que reside com os grupos e poder dos centros urbanos; pela auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras. (DIEGUES, 2004, p.21-22)

Considerando, portanto, a cultura como um elemento indissociável do modo de vida, outras dimensões do processo de vida necessitam ser consideradas. Uma delas é a condição de pertencimento e de língua, no caso pomerano.

2.1. Preservação e promoção da língua materna

A reconhecimento linguística é de suma importância para as minorias que necessitam consolidar o direito e valor da sua cultura tradicional. Ela é também uma estratégia retomar as narrativas silenciadas onde, por meio do registro da memória, se constrói um novo futuro.

As questões idealizadas de uma cultura padronizada da sociedade moderna, invocam a condição de uma homogeneização cultural exercitada pelas instituições modeladoras da sociedade.

Os povos tradicionais exercitam uma outra lógica de vida. Não buscam a homogeneidade. Buscam garantir o direito a diferença. Para tanto, valorizam o passado e as tradições como formas de garantia da continuidade. Reafirmar os valores culturais, a necessidade de salvaguarda da língua e seus costumes é uma prática secular e educativa. Nesse específico, alguns territórios pomeranos exercitam práticas inovadoras.

Apesar da constituição do território brasileiro ser multilíngüe, o cenário social e educacional não corresponde a esta realidade. Faltam de informação em relação os direitos de exercício das línguas maternas e de práticas educacionais que fortaleçam o uso da língua local e o seu valor. Existem movimentações em relação à criação de políticas públicas para salvaguardar a língua materna dos povos tradicionais, porém no momento, poucas foram implementadas e se mostram na maioria, ineficazes. Infelizmente estes fatores contribuem para a manutenção do preconceito linguístico, principalmente no âmbito escolar, onde a vergonha por falar diferente, aliada ao despreparo docente para educação bilíngüe fortalece a condição de substituição da língua materna para o português.

A Educação bilíngüe pode ser um instrumento de compreensão dos aspectos sociais e culturais. Contudo, para alcançar essa condição precisa ir para além de apenas conjecturar uma prática de alfabetização mediada entre duas línguas simultaneamente, comumente oferecida por programas escolares visando futura ascensão social das crianças potencializando a aprendizagem das línguas de “prestígio”. Portanto, alguns questionamentos são relevantes ao tema bilinguismo, como a discussão em torno de o que fazer com uma criança monolíngüe que tem sua inserção na escola que exercita uma língua diferente da sua língua materna.

Premente também é o questionamento quanto ao valor dado ao ensino de língua estrangeira, especialmente as de mais prestígio como o inglês ou o alemão.

Em um dos espaços visitados, além das crianças pomeranas aprenderem a falar o português na escola, esses devem, curricularmente, também aprender o alemão, porém na fala da própria professora da referida língua “a aula de alemão vira pomerano, pois todos são pomeranos, inclusive eu”. Esta situação nos indica uma presença de relação de poder desigual existente entre línguas dominantes e a língua materna. As práticas que conferem prestígio a língua de ensino estrangeiras são curriculares. As práticas que conferem prestígio a língua materna são associadas a vivências e a processos de transição linguística e portanto são consideradas de menor importância, quando analisados a partir do currículo formal.

O sistema educacional tende a sempre referendar a língua do Estado Nacional e a fazer cumprir a legislação de seu ensino. No caso, não há legislação que obrigue/permita o ensino da língua materna. Com menor prestígio social, a língua pomerana fica em segundo plano, no processo formal. A sua condição de valor de uso se dá nas relações entre os pares, espaço em que ela se estabelece como código de comunicação comum.

Para além disso, é ainda presente a narrativa de que o pomerano é um 'dialeto'. Denominar assim a língua materna gera um desprestígio social da língua, pois a sociedade passa a considerar a língua pomerana como uma mera variante do alemão³. Estas relações desiguais no sentido da valorização da língua, no direito de uso e na definição de sua hierarquia no campo de poder das línguas, tende a gerar um desvalor associado à cultura como um todo.

Por muitos anos, os pomeranos abandonaram o uso público de sua língua materna. Exercitavam-na somente nos espaços domésticos, seja por vergonha, seja por irrelevância social. Essa condição de negação do direito linguístico, nos contextos estudados, são similares ao que vem sendo impostos aos demais segmentos de povos tradicionais que optam por não ensinar a língua para seus filhos e netos.

Atualmente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) fomenta habilidades como competências comunicativas, incluindo componentes curriculares aptidão de escuta, de fala, capacidade de expressão, utilizando linguagem verbal e escrita com precisão, promovendo a capacidade de discussão e criticidade. No entanto, uma pergunta se faz necessária: será que as práticas pedagógicas que orientam as ações previstas no documento dão conta de atender as

³ Para saber mais sobre o que é a língua pomerana, ver em: TRESMANN, Ismael. Dicionário enciclopédico pomerano-português. Pomerisch Portugijsisch Wöirbauk. Santa Maria de Jetibá: Secretaria de Educação, 2006.

questões que incluem a identidade cultural composta pela heterogeneidade? Quais resultados serão alcançados com essa perspectiva, em específico, resultados voltados aos respectivos povos e suas línguas maternas, como é o caso do povo pomerano que exercita sua língua materna no tempo presente? Como é que a diversidade e as singularidades dos diferentes segmentos de povos e comunidades tradicionais, dos camponeses, dos agricultores familiares vai ser abordada a partir do BNCC.

Com muito esmero, as escolas básicas têm realizado práticas de acolhimento das crianças com língua materna pomerana, no início da vida escolar, que buscam atender a uma relação humanizada e respeitosa com a cultura do sujeito-aluno. Contudo isso basta? Como exercitamos o respeito as individualidades? Em muitos casos estes alunos monolíngües na língua materna pomerana são até identificados como falantes do pomerano, porém sua inserção na escola é organizada para que o processo de transição linguística seja o mais rápido e eficaz possível. Portanto, tolera-se a língua materna no sistema escolar, mas como um tempo de transição. São poucas as práticas de fortalecimento e valorização linguística.

Vivemos tempos em que grande parte dos espaços educativos opta pelo ensino bilíngüe (das línguas clássicas) a fim de ampliar o currículo e as competências linguísticas dos alunos, conferindo prestígio e oportunidade ampliadas aos mesmos. Contudo, não encontramos essa mesma perspectiva para os falantes de línguas maternas das culturas minoritárias. A esses, o sistema educacional não oferece a mesma opção. Nesse sentido Maher (2005) afirma ser sintomático o que cabe a quem na sociedade brasileira. A condição de tornar-se bilíngüe em sua plenitude não é conferida aos descendentes de imigrantes, em alguns casos aos índios e aos surdos. Para a autora o bilingüismo só é visto de forma positiva quando promovido entre português-inglês, português-alemão, estes casos são incentivados.

Um das conseqüências disso é o exorbitante número de cursos que oferecem estas oportunidades, onde famílias com possibilidades financeiras investem consideráveis valores para que seus filhos estejam aptos ao mercado de trabalho e status conferido ao valor simbólico que é deferido aos bilíngües de prestígio. Dentro deste quadro o pomerano é visto como variante do alemão, em algumas localidades é comum escutar a expressão 'alto alemão' e ao 'baixo alemão', referindo-se as questões de valor social associado a língua. Enquanto uma tem suas vantagens e ganha notoriedade, a outra é vista como língua dos camponeses, dos trabalhadores rurais, dos empregados... na mesma lógica que considera o mundo camponês como espaço do atraso. Nesse quadro, as línguas maternas são consideradas dialetos e não alcançam a condição de língua com valor social.

São notórios os desafios para os povos tradicionais e seus diferentes segmentos, especialmente no que se refere ao processo de transição do seio familiar para escolar e o mundo social.

Na primeira, o mundo doméstico, sua comunicação na língua materna favorece o diálogo, reforça a identidade cultural, enquanto que na segunda, no atual cenário escolar, o que ocorre é o chamado 'handicap' educacional, termo que recentemente passou a ser atribuído para conceituar relações de desigualdade no campo educacional e representa a ineficiência de práticas pedagógicas elaboradas de forma hegemônica, considerando a multiculturalidade dos sujeitos que compõe a turma.

De acordo com relato de uma aluna pomerana, em tempos antigos “a professora não gostava de alemães, nem de pomeranos. Ela reprovava, proibia o uso da língua em sua aula”. A entrevistada estudou aproximadamente em 1970 e assim como outros colegas optou por não ensinar a língua materna pomerana aos filhos, pois além do preconceito linguístico (Bãgno, 1999) os reflexos da guerra reforçaram a opressão aos imigrantes, que muitas vezes foram discriminados na sua condição cultural.

O preconceito linguístico tão criticado pelo autor Marcus Bãgno (1999), abrange questões voltadas a sócio linguística que além de abordar as relações de estereótipo sobre o modo de falar dos sujeitos, compreende que essas relações condicionam e reafirmam o pensamento depreciativo da forma de viver e de se relacionar no meio em que vivem. Subjugados a essa lógica estão os sujeitos com status social considerado vulnerável, os condição de camponeses e de modo em geral, os habitantes de regiões que configuram um cenário de interior. Nesses casos, a escolarização atua na contramão do fortalecimento da cultura.

O sistema educativo formal fortalece a relação de negação cultural dos povos tradicionais. Na maioria dos casos, induzem aos sujeitos a desejarem um cenário urbano. Desta forma corroboram para baixa estima de muitas pessoas e os impactos se dão nas estatísticas de desistência escolar. Como alento, ficam as iniciativas de diferentes espaços educativos que atuam para superar essas contradições, entre elas, alguns dos espaços pesquisados apontam para a produção de uma nova condição educativa.

3. Conclusão

Políticas públicas voltadas aos direitos diferentes grupos culturais, para a preservação e promoção dos seus modos de vida, necessitam ser urgente para que diferentes segmentos de

povos e comunidades tradicionais, inclusive os pomeranos, libertem-se dos padrões estereotipados ao longo dos tempos no que diz respeito ao ideal de comportamento e forma de viver. Para Seyfert (2004) existe um certo policiamento por parte dos grupos hegemônicos no que diz respeito a imigração, classificando e orientando as condições para que tal subordinação silenciosa se faça conivente aos interesses ali existentes.

As análises que tecemos e ensaiamos brevemente, nos levam a concluir que as práticas educativas são importantes ferramentas para promoção de pertencimento cultural no ambiente escolar e social. As ações educativas e de ensino podem ser atuantes na perspectiva de instigar a consciência crítica e singularidades de valores culturais, étnicos e ambientais dos territórios as quais as crianças pertencem. Contudo, o que vemos, na maioria dos casos é a sujeição ao ensino que reproduz as ações desejadas pelo padrão estipulado. Já nos ensinou Bourdieu (1996) que o acesso ao capital cultural, econômico, social e simbólico são meios de distinção e exclusão.

Escolas inseridas em territórios pertencentes à comunidade de povos tradicionais como o do povo pomerano em muitos casos, não possuem professores falantes da língua materna local. Mesmo nos municípios em que essa língua é cooficial, como por exemplo, no município de Canguçu-RS e no de São Lourenço do Sul, onde a mesma é reconhecida como Patrimônio Cultural, os limites políticos de implementação de ações de promoção e ensino da língua materna são grandes. A disputa envolve também a perspectiva curricular oficial, que aponta para uma educação bilíngue somente das línguas clássicas. Como já afirmamos anteriormente, quando a única opção de aprendizado oferecida nas escolas é inglês e alemão, exercita-se um currículo formal que tender a destoar de um processo estribado na cultura local. Por mais esforço que os professores façam para garantir a cultura no currículo, o domínio do sistema educativo do estado inviabiliza processos de fortalecimento das culturas dos povos e comunidades tradicionais.

A práxis requerida é a de avivamento para que as crianças pomeranas tenham direito de manifestar sua linguagem tradicional na escola, a língua materna. Bourdieu (1996) afirma que as questões que abarcam “sociologia da cultura, a sociologia da linguagem é logicamente indissociável de uma sociologia da educação”. Conforme o autor, a existência do conceito de cultura que contemple as questões de língua materna tende a restringir as práticas influenciadas pelo padrão lingüístico e cultural estabelecido pela classe dominante.

O resultado da falta de prestígio conferido aos diferentes povos, suas culturas e suas línguas, no meio social e educacional é reproduzido em ações até mesmo entre as crianças. Práticas fruto do preconceito e estereótipo em relação à língua e modo de vida, são

reafirmadas e produzem muitas vezes situações de escárnio, fato esse que também corrobora para o abandono da língua materna e impacta na noção de pertencimento por parte de muitos pomeranos.

Os questionamentos feitos ao decorrer do texto são na verdade fruto de um somatório de negações vivenciados para com cultura local e impacta fortemente a cultura da infância. De um modo em geral, crianças e adultos vivenciam desvalorização institucional fomentada pelo Estado como um todo, que impacta no valor dado ao seu modo de vida. A falta de políticas públicas contínuas e alicerçadas na cultura local, geram negações de direitos, inclusive culturais e linguísticos. Isso é próprio de um tempo de macro-políticas homogeneizantes que vivemos. Nesse cenário, se colocam os desafios aos espaços educativos, de fortalecer e promover a cultura dos povos e comunidades tradicionais. Contudo, essa tarefa é impossível de ser cumprida pela escola tão somente. Na verdade, é uma tarefa das políticas de gestão da vida, que vão desde as políticas culturais e educativas às de fortalecimento do modo de vida.

Um processo mais amplo de ações necessita ser instaurados para dar conta das singularidades culturais. De acordo com Thum (2014, p.2) “Vivemos um tempo em que emergem novos direitos sociais, que tem base na identidade e nos processos de luta por garantia de direitos consuetudinários, como um modo de proteção e promoção dos povos e comunidades tradicionais”, este conceito, se exercitado em uma concertação política tende a fortalecer ações concretas de salvaguarda das tradições, da língua e da cultura que lhe é indissociável.

Um dos caminhos para alcançar a superação dessas contradições, no plano dos processos educativos, nos indica Thum (2014, p.6) é o exercício de “Uma pedagogia que se enraíze a partir da cultura local e que produza pertencimento do aluno ao seu universo de significações (...)”.

Considerando que povos e comunidades tradicionais que exercitam diferentes formas de viver, que não buscam a homogeneidade, insistimos no direito a diferença. Para tanto, consideramos que valorizar o passado e as tradições são formas de garantir o modo de vida das comunidades. Instituir políticas públicas que reafirmam os valores culturais, promovam e salvaguardem os diferentes e os singulares no mundo contemporâneo é uma das estratégias potentes para se alcançar a promoção da cultura.

O processo de auto-reconhecimento identitário, cultural, linguístico e de valorização das tradições dos Povos se coloca como um ato de emancipação cultural e uma forma de enfrentamento das políticas padronizantes da modernidade. O direito a diferença, a

permanência no espaço, a manutenção das tradições, ao uso da língua materna nos espaços oficiais e a auto-definição são direitos indelévels.

Referências

BAGNO, Marcos. *Preconceito Lingüístico: o que é, como se faz*. São Paulo: edições Loyola, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas*. São Paulo: Edusp, 2008. Obra completa.

DIEGUES, A. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. 5. ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB, 2004.

MAHER, T. M. Do casulo ao movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngue e intercultural. In: CAVALCANTI, M. C. & BORTONI-RICARDO, S. M. (Orgs.) *Transculturalidade, linguagem e educação*. Campinas: mercado das Letras, 2007.

SEYFERTH, Giralda. “Colonização, imigração e a questão racial no Brasil”. *Revista USP*, 2004 53: 117-149.

THUM, Carmo. *Extensão e Formação: Interfaces entre Memória e História, Povos Tradicionais e Infâncias do Campo*. Anais. Endipe. 2014. Disponível em: <http://www.uece.br/eventos/xviiendipe/>. Acesso em: 14 08 2018.

_____. *EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E MEMÓRIA: silêncios e reinvenções pomeranas na Serra dos Tapes*. São Leopoldo, RS. 2009.

_____. *Povos e Comunidades tradicionais: aspectos históricos, conceituais e estratégias de visibilidade*. *Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambiental*, Edição especial. XIX Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire, p. 162 -179, junho, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/willian/AppData/Local/Temp/6899-19960-1-PB.pdf>. Acesso em: 18/08/2018.